
Massa Crítica

nº 5

junho/2003

Análise de Conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional

IIRSA: NOVAS ROTAS DO SAQUEIO DE RECURSOS NATURAIS DA AMÉRICA DO SUL

*Sandra Quintela
Socioeconomista – Pacs*

Você já ouviu falar do IIRSA? Não? O objetivo desse pequeno artigo é chamar a atenção para este projeto de Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul - IIRSA. Não iremos aqui aprofundar sua análise, pois informações atualizadas não estão disponíveis. A intenção é chamar a atenção de que precisamos estar atentos e conhecer o que está sendo discutido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, O Caf e o Fonplata (ver glossário pág.4) no contexto da América do Sul. À primeira vista o projeto é assustador, pois, deixa claro que aprofundará ainda mais o saqueio das riquezas naturais do nosso continente e centrará os recursos para investimento no capital privado.

O que é e como nasceu o IIRSA?

IIRSA quer dizer Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul e vem sendo discutido desde 2000 a partir da Cúpula de Presidentes de América do Sul realizada em Brasília, entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2000 a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se de um mega projeto centrado essencialmente nos setores de transporte, energia e telecomunicações que pretende criar grandes canais multimodais construindo e interligando a utilização de hidrovias, rodovias, aeroportos e portos. São chamados multimodais exatamente por fornecerem múltiplos "modos" de transporte. Quando observamos o mapa abaixo, vemos que se trata de um projeto de infraestrutura voltado ao desenvolvimento de canais de exportação dos recursos naturais da América do Sul para fora.

Como o IIRSA se interliga a outros projetos de integração no continente?

A Alca busca essencialmente liberalizar o comércio e o investimento e, inversamente, proteger a tecnologia e o conhecimento científico (e é bom ler "liberalizar" como dar plena liberdade ao capital privado, privatizar e concentrar poder nas corporações transnacionais). Além da Alca estamos hoje identificando no continente várias outros projetos chamados de livre comércio. A maior parte destes são tratados firmados pelos EUA com outros países do continente americano, seja individualmente, como o Tratado entre os EUA e o Chile, assinado em dezembro último, seja com um bloco sub-regional, como o Tratado de Livre Comércio que está em negociação atualmente com a América Central, e outro com os Países que compõem o Pacto Andino. A Alca e os outros tratados de livre comércio, são de fato estratégias continentais dos EUA para controlar o comércio e o investimento de todas as Américas.

No plano sub-continental existem outros projetos. É o caso do Plano Puebla - Panamá, localizado entre o México e a América Central, visando essencialmente a construção e interligação da infra-estrutura viária e hidroviária daquela região, além de abranger o setor de energia, de telecomunicações e de turismo. Outro projeto, que se insere no âmbito sub-continental, é a construção de um novo canal do Panamá na fronteira com a Colômbia: o canal inter-oceânico Atrato-Truandó (opção do estado colombiano) e/ou Atrato-Cacarica-San Miguel (opção proposta e preferida pelos Estados Unidos). Esse novo canal é o elo de ligação entre o Plano Puebla-Panamá (PPP) e o IIRSA, uma vez que ele permite a ligação geográfica entre a América Central e a América do Sul, independente do antigo Canal do Panamá, hoje sob controle da China.

Em uma declaração feita em 2003 na Comissão de Direitos Humanos da ONU, intitulada “Amenazas sobre los derechos fundamentales de los pueblos indígenas de Colômbia” (<http://www.cetim.ch/2003/03ec15r4.htm>), a Associação Americana de Juristas denuncia que esses projetos têm efetuado violações de direitos humanos na Colômbia. Cita o lirsa como uma ameaça que as populações indígenas, principalmente os Achagua, percam o seu território em uma das poucas áreas na Colômbia em que o grande latifúndio não domina.

A quem interessa o lirsa?

O lirsa interessa aos grandes grupos econômicos, sobretudo os estadunidenses, que muito irão lucrar na construção e implementação desse projeto. É o caso da telefonia, das empresas de energia, das construtoras, etc. Interessa aos bancos multilaterais, que continuarão garantindo empréstimos a altas taxas de juros e tendo como certo seu retorno financeiro. Interessa às elites locais, que continuarão vendendo o patrimônio de suas nações, como o seu território, as reservas de água, a possibilidade de desenvolverem tecnologia própria avançada, etc.

Quem perde com o lirsa?

Perde a população nativa da América do Sul, os povos indígenas. Perdem também os agricultores, que serão forçados a entregar suas terras para abrir caminho aos megaprojetos. Perdem os 12 países da América do Sul, que terão seus territórios cortados por grandes rodovias e ferrovias para escoamento de suas riquezas. Perde o meio ambiente, pelo impacto que esses projetos irão provocar. Vale a pena lembrar que a América do Sul possui grandes reservas de petróleo - Equador, Venezuela (5º maior exportador do mundo), Brasil, Bolívia (gás), toda a região amazônica (biodiversidade e o bem que será o mais precioso de todos no futuro: a água).

Que projeto estratégico de desenvolvimento está presente no lirsa?

A estratégia central é colocar as transnacionais como principal ator econômico controlador dos recursos naturais do continente latino-americano. E a força política que será hegemônica não poderá ser outra senão o governo do país mais forte e rico das Américas, os Estados Unidos.

A necessidade de que se invista na infra-estrutura na América do Sul não é resolvida por esse tipo de projeto. Ao criticar o lirsa não estamos dizendo que não é necessário construir rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, ou investir no setor elétrico e nas telecomunicações. O que não se pode aceitar é que os projetos em negociação ou em andamento, o PPP, a construção do novo canal do Panamá e o lirsa sirvam apenas para garantir a construção de novas rotas para o saqueio em nosso continente. É necessário que qualquer projeto de desenvolvimento considere os direitos das populações indígenas, camponesas e afro-descendentes, assim como a conservação das florestas, dos rios, da biodiversidade. É necessário conservar nas mãos desses povos e nações o controle sobre os seus próprios recursos naturais. Eles são um patrimônio comum, não podem ser tratados como meras mercadorias a ser exploradas visando apenas o lucro e a concentração de riquezas materiais nas mãos de um número cada vez menor de beneficiários. E o desenvolvimento tem que ser concebido para além do simples avanço técnico e do crescimento econômico: a razão de ser de toda atividade econômica deve ser o desenvolvimento humano e social, é para ele que devem servir a tecnologia e a produção de riquezas.

Neste momento, o governo Lula tem anunciado nos foros internacionais sua intenção de trabalhar concretamente em favor da integração do continente sul-americano. O movimento social brasileiro deve levar ao novo governo brasileiro sua esperança de que ele se empenhe na inversão das prioridades do lirsa, desenvolvendo um projeto de integração da infra-estrutura da América do Sul orientado para fortalecer as trocas intra-regionais e intra-continentais, respeitando a soberania de cada país e povo do continente; um projeto baseado na sustentabilidade e na participação democrática daqueles que, direta ou indiretamente, serão afetados por suas decisões.

- ▶▶ Mais informações consultar o sítio www.iirsa.org
- ▶▶ Veja na página seguinte Mapa dos Canais Multimodais previstos no lirsa.



ENTENDENDO A “SOPA DE LETRAS”¹

ALCA (FTAA)

A Área de Livre Comércio das Américas é uma proposição de acordo de comércio e investimento que pretende abranger todas as Américas do Alasca à Terra do Fogo (exceto Cuba...). Este acordo foi pensado e lançado pelos EUA, e visa estender a todo o hemisfério as regras liberalizantes que vigoram no Alcan (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, em inglês, Nafta). Alguns opositores denominam a Alca “Alcan anabolizado”.

ALCAC (em inglês, CAFTA)

O Acordo de Livre Comércio entre os EUA e a América Central está sendo negociado atualmente. O presidente Bush se refere ao Alcac como uma das principais prioridades em seu governo, uma vez que facilitará o caminho para as negociações da Alca (FTAA).

ALCAN (NAFTA)

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte é um acordo de comércio, investimento e proteção da tecnologia e do conhecimento, assinado em 1994, envolvendo os EUA, Canadá e México, que custou o emprego a dezenas de milhares de trabalhadores dos três países, diminuiu os padrões ambientais e maximizou a liberdade e os lucros dos maiores grupos econômicos, sobretudo os estadunidenses.

BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, a mais antiga e maior instituição multilateral de desenvolvimento foi estabelecido em 1959 para “ajudar na aceleração do desenvolvimento social e econômico na América Latina e no Caribe”. É a maior entidade a promover o PPP, assim como a financiar o IIRSA.

CAF

A Corporação Andina de Fomento é uma Instituição Financeira Multilateral, cuja missão é apoiar o desenvolvimento sustentável dos países acionistas, visando a integração da Região Andina. Atende tanto ao setor público como ao setor privado. Iniciou suas atividades em 1970, e atualmente conta com a participação de 16 países da América Latina e do Caribe: os cinco países da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Trinidad e Tobago, Uruguai. Conta ainda com a participação acionária de 18 bancos privados da Região Andina.

FMI

Fundo Monetário Internacional, estabelecido em 1945, foi criado para oferecer aos Estados-membros empréstimos para a superação das dificuldades de curto prazo em seus balanços de pagamentos. Nas décadas recentes, o FMI assumiu o papel de fiscal dos países e instituições credoras, usando seus fundos para fazer empréstimos aos países devedores ligados não a investimentos produtivos mas ao pagamento de juros, ou ao financiamento de reformas políticas mediante programas de ajuste estrutural.

FONPLATA

O Fundo para o Desenvolvimento da Bacia da Prata foi criado em 1970 e tem como missão apoiar técnica e financeiramente as iniciativas de desenvolvimento harmônico e de integração no âmbito dos seus países-membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai).

IIRSA

Iniciativa de Integração Regional, o “primo do sul” do PPP, é um programa de desenvolvimento de infra-estrutura para a América do Sul.

OMC

Organização Mundial do Comércio, estabelecida em 1995 para substituir o GATT - Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas - é uma instituição internacional poderosa, criada para ser o espaço de negociação e implementação de regras para o comércio internacional. Promove a agenda do “livre comércio”, em benefício das corporações transnacionais, e seu sistema de decisões é opaco e centralizado. A presença dos países ricos é hegemônica e a posição dos países em desenvolvimento é estruturalmente subalterna. A OMC deixa em segundo plano ou omite completamente os direitos sociais e dos povos.

PPP

Plano Puebla-Panamá é um programa de desenvolvimento massivo de infra-estrutura regional, a começar pela conexão viária planejada para ir de Puebla, México até o Panamá.

¹ Elaborado por Pedro Quaresma - Economista do Pacs

MASSA CRÍTICA* é um informe com periodicidade irregular do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, distribuído por via eletrônica e impressa referente a fatos relevantes da conjuntura nacional e internacional. *(Disponível também em espanhol e inglês)*
Endereço: Av. Rio Branco, 277 sala: 1609 – Centro, Rio de Janeiro/RJ 20040-009 ● Tel./fax: (21) 2210-2124 ● Correio El.: pacs@pacs.org.br Sítios: www.pacs.org.br
Diagramação: Cristiane Maria de Souza

* Se você deseja receber/indicar pessoas para ter este boletim eletronicamente, retorne para pacs@pacs.org.br Assunto: “Endereço Eletrônico para lista – MASSA CRÍTICA”



Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais

Os parceiros

Ação Quaresmal; CHRISTIAN AID; E-Changer; FPH; Fundação Ford; Instituto Marista de Solidariedade; SCIAF; Trócaire.